

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

Fellipe Franco Rosman

Nº de Matrícula: 0412298

Orientador: Maria Gabriela C. Carvalho

10/2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

Fellipe Franco Rosman

Nº de Matrícula: 0412298

Orientador: Maria Gabriela C. Carvalho

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

10/2007

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

Para converter-se em um sábio é necessário transitar pelo caminho do guerreiro.

Um guerreiro não é alguém que vai à guerra matar pessoas e sim aquele que demonstra integridade em todas as suas ações e um controle sobre sua própria pessoa.

Um guerreiro vive cada momento de sua vida, sem orientar-se pela complacência ou pelo lamento, sem ganhar ou perder, está sempre alerta e lúcido a tudo que o rodeia. Age com abandono de si mesmo de maneira impecável.

A impecabilidade do guerreiro evoca uma atitude interior, uma luz que se aproxima notavelmente da humildade e a aceitação de viver imerso na eternidade, transformando cada circunstância vital em um desafio vivo e sincero. Ninguém nasce guerreiro. “O caminho continua até o final de nossas vidas.”

(Carlos Castañeda)

SUMÁRIO

▪ INTRODUÇÃO	5
▪ CAPÍTULO 1 – JOHN STUART MILL E A ECONOMIA CLÁSSICA	7
○ 1.1. Do que se trata a Economia Clássica.....	7
○ 1.2. Dos principais economistas clássicos.....	9
○ 1.3. John Stuart Mill.....	15
▪ CAPÍTULO 2 – A TEORIA DO FUNDO DE SALÁRIOS	18
○ 2.1. Do que se trata.....	18
○ 2.2. Da invalidade da teoria.....	22
▪ CAPÍTULO 3 – O ESTADO ESTACIONÁRIO	27
○ 3.1. Do que se trata.....	27
○ 3.2. A idéia clássica.....	30
○ 3.3. John Stuart Mill.....	32
▪ CONCLUSÕES	35
▪ BIBLIOGRAFIA	37

INTRODUÇÃO

Segundo A. K. Dasgupta, 1985, “*É surpreendente que os historiadores do pensamento econômico não tiveram uma resposta clara para essa questão [quem são os economistas clássicos?]. Usualmente essa descrição corre em termos de um período – o período coberto pela publicação da Riqueza das Nações (1776) de Adam Smith em uma ponta, e os Princípios (1848) de J. S. Mill na outra; economistas pertencentes ao período são descritos como economistas clássicos. Em um livro recente – Os Economistas Clássicos – de D. P. O’Brian pôs a descrição desse período literalmente. No entanto ele parece inclinado a retroceder um pouco mais, incluindo David Hume (que contribuiu para a formação da economia clássica), e a estender até 1848, incluindo assim J. E. Cairnes (...). Ele descreveu todos economistas como pertencentes a este período como clássicos; a lista então inclui homens como Samuel Bailey e W. F. Lloyd, que também é lembrado como precursor da economia marginalista. Colocar todos economistas dentro de uma mesma bandeira, não só pelos seus feitos mas também pelos resultados, é certamente desorientador*”.

Nessas circunstâncias, torna difícil essa tarefa de enquadrar Mill em algum período. Tal dificuldade decorre do fato de Mill ter surgido entre o período clássico e o neoclássico. Apesar da grande aproximação de suas idéias com o pensamento ricardiano, sua formação aos moldes do pensamento utilitarista de Bentham, imposto por seu pai James Mill, base da formação no pensamento neoclássico, o torna também um dos precursores da teoria neoclássica.

Dentre os diversos assuntos percorridos por Mill em sua história, como a questão da liberdade, da representatividade governamental, bem como da difusão do pensamento utilitarista; essa monografia selecionou dois temas, presentes nos *Princípios de Economia Política*, a saber: a teoria de fundo e salários e o estado estacionário.

Publicado em 1848, os “Princípios de Economia Política”, foi escrito sob a forma de um manual com o intuito de expor de forma detalhada e simples o conhecimento econômico de sua época. Como afirma Deane, o livro dominou a economia política na Inglaterra por várias décadas até a chegada de Marshall e “*constituía uma tentativa consciente de*

produzir uma síntese da teoria econômica clássica, para uma audiência antes leiga que profissional, a fim de aplicá-la aos problemas socioeconômicos correntes e ligá-las explicitamente ao seu contexto sociológico filosófico de idéias” (pg. 124). Mill foi, segundo Deane, o “último na linha dos grandes economistas-filósofos ingleses na tradição de Adam Smith” (pg. 128).

Dos dois temas escolhidos na obra de Mill, o **primeiro diz respeito à teoria do fundo de salários**: “A parte central da análise clássica estritamente relacionada ao avanço da teoria do Capital (...). A idéia do capital como fundo de salários provém da idéia do capital como um avanço para sustentar a mão-de-obra durante um período de produção (crescimento da colheita). A teoria emerge naturalmente nas economias mercantilistas e na agricultura comercial, e torna-se o pilar de sustentação para o desenvolvimento da economia dos anos do final do século XVIII na Europa Ocidental. A idéia foi expressa por Cantillon, Quesnay e Hume, e desenvolvida mais profundamente por Turgot e Smith.” (The New Palgrave, pág. 836) e posteriormente por Mill.

O segundo tema é o do chamado estado estacionário, presente já em Adam Smith, foi aprimorado por Mill, que no *Princípios* o desenvolve de modo original.

JOHN STUART MILL E A ECONOMIA CLÁSSICA

1.1. Do que trata a Economia Clássica

Apesar de não existir um consenso a respeito do conceito de economia clássica, a maioria dos estudiosos de história do pensamento econômico concorda que Ricardo e Adam Smith são os principais representantes deste período. A ciência econômica é consolidada com a escola clássica. O marco fundamental é a obra “Uma Investigação sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações” (1776), do escocês Adam Smith (1723-1790)

“O conceito ‘Economia clássica’ é empregada para referir quase que simplesmente uma era na história do pensamento econômico que vai de 1750 a 1870, em que um grupo de economistas predominante britânicos usou a Riqueza das Nações de Adam Smith como um trampolim para analisar a produção, a distribuição e a troca dos produtos e serviços em uma economia capitalista. (...) Porém, é difícil resistir ao fato de que a economia clássica é mais do que um período na história do pensamento econômico: ela parece envolver uma aproximação definitiva ao problema econômico. A dificuldade, entretanto, é como caracterizar esta aproximação.” (The New Palgrave, pág. 434, Mark Blaug).

Após a morte de Smith, três nomes aperfeiçoam e ampliam suas idéias: os ingleses Thomas Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823), e o francês Jean-Baptiste Say (1767-1832).

O pensamento clássico se desenvolve na segunda metade do século XVIII e no século XIX. Desse modo centra suas reflexões nas transformações do processo produtivo, trazidas pela Revolução Industrial. Esses “*economistas clássicos britânicos da primeira metade do século XIX constituíam uma escola identificável de pensamento econômico. Compartilhavam um quadro característico de idéias econômicas, configurado por um conjunto particular de axiomas e teorias e geralmente caracterizado por uma forte orientação no sentido de políticas econômicas que favoreciam o individualismo econômico e o laissez-faire*” (Deane, pg 128) O tema maior dos clássicos é o crescimento econômico e o ponto de partida o trabalho aplicado sobre os recursos produtivos. A idéia central aqui é a de que o que determina a prosperidade de uma nação é o capital humano . Assim sendo, qualquer mudança que aprimore as forças produtivas enriquece uma nação. Tal conceito

posto por Adam Smith irá contra-argumentar o pensamento mercantilista que colocava a acumulação de riquezas (prata e ouro) como objetivo principal para o crescimento econômico.

Esse período demarca uma transição no que diz respeito à forma de pensar o funcionamento da economia. Pontos como divisão social do trabalho e mecanização (principais responsáveis para o aprimoramento das forças produtivas) são amplamente estudados. A escola também aborda as causas das crises econômicas, as implicações do crescimento populacional e a acumulação de capital.

1.2. Dos principais economistas clássicos

A economia, como ciência, começa a se consolidar com a publicação da famosa obra de Smith em 1776. Laissez-faire, concorrência, teoria do valor trabalho são elementos essenciais da escola clássica inglesa, representada não apenas por Smith, mas outros grandes nomes como David Ricardo, Thomas Robert Malthus e John Stuart Mill.

Adam Smith, chamado por muitos de pai da economia, nasceu em 1723, em Kirkcaldy, na Escócia. Frequentou a Universidade de Oxford, e nos anos de 1751 a 1764 ensinou filosofia na Universidade de Glasgow onde publicou seu primeiro livro, *A Teoria dos Sentimentos Morais*. Contudo, foi com outra obra que ele conquistou grande fama: *Uma Investigação Sobre a Natureza e as Causas das Riquezas das Nações*, lançado em 1776.

Grande parte dos conceitos apresentados em *A Riqueza das Nações* não é propriamente original. Os primeiros capítulos do livro se inspiram no curso de Filosofia Moral ministrado por seu mestre, Francis Hutcheson; assim como sua teoria de comércio internacional tem como base as idéias de Hume. A partir dos Fisiocratas, Smith desenvolveu o conceito de trabalho produtivo e improdutivo, e Turgot talvez tenha contribuído para sua teoria do capital. E até mesmo a divisão do trabalho, uma das noções-chave da teoria econômica de Smith, já havia aparecido em Mandeville, e podemos encontrá-la também em Platão. “*A grande originalidade de Smith está justamente em ter conseguido elaborar, a partir de tantas idéias isoladas e alheias, um sistema coerente de partes interdependentes, que funciona semelhante a uma máquina, onde cada parte não tem consciência de sua conexão com as demais. Smith Com a Riqueza das Nações a economia consolidou-se como um objeto de estudo específico*”. (Carvalho, 1995, pg. 37)

A Riqueza das Nações é dividida em cinco livros e neles encontramos estudos sobre a produção e a distribuição da riqueza; o comércio, as finanças públicas, os diferentes sistemas de economia política e o papel do estado na economia.

É através de dois princípios básicos da natureza humana - a propensão à troca e o egoísmo - que Smith investiga a prosperidade econômica e os mecanismos de funcionamento do mercado na moderna sociedade comercial.

Segundo Jacob Viner (1926, p.116-117) a principal contribuição de Adam Smith constituía-se em ter mostrado que as forças subjacentes da economia levavam a um resultado harmonioso em termos econômicos e sociais. Isto possibilitou, pela primeira vez, a existência de uma síntese consistente das relações econômicas. Contudo, ele salientou que tal ordem requeria para o seu funcionamento um sistema na qual houvesse necessariamente liberdade e a não intervenção governamental por meio de regulamentações públicas e monopólios privados sancionados e protegidos pelo Estado.

O problema principal de que se ocupou Smith (1776) está claro no título de seu livro – *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Sua preocupação principal foi com a **questão dinâmica do crescimento e desenvolvimento**, buscando determinar os fatores responsáveis pelo progresso econômico e as medidas de política a serem tomadas para criar um ambiente propício ao rápido crescimento econômico.

Ou, como resume D. D. Raphael: “*a Riqueza das Nações engloba dois assuntos centrais: O primeiro trata da análise (...) to funcionamento da economia. O segundo seria uma política de recomendações generalizada a respeito do livre comercio e do laissez-faire. Ambos são conectados com a questão do crescimento econômico. A análise de Adam Smith não é confinada apenas para mostrar a inter-relação entre os diferentes elementos de um sistema central contínuo. Também explica como esse sistema pode gerar uma acumulação contínua de riqueza. E além, de acordo com Smith, esse processo é mais bem sucedido quando deixado a mercê das forças da natureza, sua análise o leva a propor que o governo não interfira neste processo*”(pág. 45).

Outra referência fundamental da escola clássica é a obra de **Ricardo**, *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicada em 1817. David Ricardo, economista inglês (1772-1823), também se dedicou ao estudo do crescimento econômico, considerando a principal tarefa da economia política determinar as leis que regem a distribuição do produto entre capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores. Nasceu em Londres, filho de judeus holandeses. Deixou a escola aos 14 anos para trabalhar com o pai como corretor na bolsa de valores, atividade que lhe rendeu grande prestígio profissional. Aos 21 anos, converte-se ao protestantismo e rompe com a família para casar-se com uma jovem quacker. Trabalha

por conta própria na bolsa de valores e faz fortuna, o que lhe permite dedicar-se à leitura, principalmente de textos sobre matemática, química e geologia. Influenciado pelas idéias do economista inglês Adam Smith, aprofunda o estudo das questões monetárias.

Entre 1809 e 1815 publicou alguns panfletos sobre temas de economia monetária, repartição da renda e comércio internacional. A partir de então dedicou-se (não sem muita relutância) a escrever um tratado teórico geral sobre a economia, os *Princípios*, que foi publicado em 1817 e se constituiria num marco teórico decisivo para o desenvolvimento da economia política clássica.

Em *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), expõe suas principais teses. A formulação de um modelo abstrato para entender a distribuição do produto e da renda da economia na forma de salários, lucros e aluguéis, inaugurou uma tradição no estudo da economia que valoriza o rigor analítico. Foi assim o pioneiro na exigência de rigor científico nos estudos econômicos e analisou os aspectos mais significativos do sistema capitalista de produção. A análise dos lucros, em particular, era primordial, pois deles dependia a acumulação de capital o crescimento econômico.

Seu sistema baseia-se na teoria de crescimento de Smith, vinculada a acumulação de capital, na teoria da população malthusiana e na chamada teoria da renda diferencial. Essa última argumentava que rendimentos decrescentes na agricultura levariam a uma tendência declinante nos lucros da economia, comprometendo o crescimento econômico.

Ricardo é também conhecido pela teoria do valor trabalho, pela qual o valor de um bem é determinado de acordo com o trabalho necessário a sua produção.

Elege-se em 1819 para o parlamento, no qual defende projetos liberais e reformistas.

Inspirado nos debates sobre a Lei do Trigo durante o período das guerras napoleônicas, constrói argumentos em defesa da livre competição no comércio internacional, com a especialização dos países na produção de determinados bens, o que beneficiaria compradores e vendedores e, sobretudo se tornaria uma das principais forças para o crescimento econômico. Em oposição ao mercantilismo, formulou um sistema de livre comércio e produção de bens que permitiria a cada país se especializar na fabricação dos produtos nos quais tivesse vantagem comparativa, também chamado de sistema de custos comparativos. Nas suas doutrinas de livre mercado opôs-se aos aumentos do ganho

real dos trabalhadores porque isso se revelaria inútil, tendo em vista que os salários permaneceriam, forçosamente, próximos ao nível de subsistência. Morreu em Gatcomb Park, Gloucestershire.

Thomas Malthus (1766-1834) foi outro grande nome do pensamento econômico inglês. Malthus ficou famoso, sobretudo, por sua teoria da população. A visão pessimista quanto a possibilidade de melhora das condições da população, expressa no “Ensaio sobre a População” teria levado o historiador inglês e contemporâneo de Malthus, Thomas Carlyle, a chamar a economia de ciência sombria (*dismal science*). (Heilbroner, pg. 96)

Malthus argumentava que a população tenderia a crescer em proporção geométrica enquanto a produção de alimentos cresceria em proporção aritmética. Doenças, guerras, epidemias, seriam feios a essa tendência e o crescimento econômico seria limitado pela capacidade da terra de produzir alimentos.

Malthus também realizou contribuições importantes para a teoria econômica ao discutir sobre uma justificativa para os lucros, ao propor, semelhante a Ricardo, uma teoria da renda diferencial, mais econômica. Mas foi, sobretudo, com sua doutrina sobre a população que influenciou muito do debate clássico.

As idéias de Malthus foram de extrema importância para a formação do pensamento de Mill. A questão da necessidade do controle da natalidade está entranhada nas bases de toda sua teoria.

Nas décadas de 1840 a 1860, muitas das idéias de Ricardo e de Malthus ainda estavam presentes nos debates econômicos: os benefícios do comércio internacional (a Grã-Bretanha aboliu a Lei do Trigo em 1846), as teorias monetárias, a defesa do livre mercado, as reformas na Lei dos Pobres... Mas as teorias ricardianas do valor trabalho e da distribuição da renda eram cada vez mais criticadas.

Na década de 1870, com a publicação quase que simultânea e independente de três autores, o francês Léon Walras (1834-1910), o austríaco Carl Menger (1840-1921) e o inglês William Stanley Jevons (1835-1882), começa a emergir um novo paradigma no pensamento econômico que se consolidou em 1890, com a publicação dos “Princípios de Economia” de Alfred Marshall (1842-1924).

Esse período ficou conhecido como **Revolução marginalista** e teve como elemento-chave da mudança a aplicação da técnica marginal. Inicialmente aplicada à teoria

do valor, associado ao conceito de utilidade, criticava assim a teoria do valor trabalho do período clássico. Jevons argumenta Deane, “disparou o primeiro ataque violento na investida contra a ortodoxia clássica’ afirmando esse autor - no prefácio da segunda edição de sua Teoria da Economia Política (1879) - que “*quando finalmente o verdadeiro sistema de Economia vier a ser estabelecido, ver-se-á que esse capaz, mas teimoso homem, desviou o veículo da ciência econômica para uma trilha errada – uma trilha , porém, que foi ainda mais impelida à confusão por seu admirador igualmente capaz e teimoso, John Stuart Mill.*” (Jevons, citado em Deane, pg, 153).

Os neoclássicos não apenas negam a teoria clássica do valor-trabalho. São os precursores do ideal utilitarista baseado no pensamento do filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832). Cabe aqui lembrar a grande influência do mesmo na formação do pensamento de Mill que o admirava profundamente.

Diz Dasgupta “O advento do marginalismo marca uma separação decisiva na natureza da teoria econômica. A teoria econômica deixa de ser uma investigação entre as causas e implicações do crescimento da riqueza; passando para uma investigação do problema da alocação de um montante de recursos dentro da escala de produção competitiva.” (Dasgupta, pg 77).

O triunfo desse novo paradigma, que nos permite denominar as primeiras décadas do século XX como o período neoclássico, deve seu sucesso principalmente a Alfred Marshall. Muito desse resultado deve-se a proposta conciliatória de Marshall com os economistas clássicos, a contrário do que propunha Jevons.

Foi lendo os “Princípios” de Mill, em 1866, que Marshall então estudante de matemática, começa seu interesse pelo estudo de economia, traduzindo para a matemática e em diagramas muitos dos ensinamentos de Ricardo e Mill. E ao contrário de Jevons, acreditava que o avanço na ciência econômica poderia abrigar a nova teoria do valor, baseada na utilidade marginal , ao lado das idéias de Smith, Ricardo e Mill.

Em uma carta a um economista holandês, Marshall afirma que seu livro, “Princípios de Economia” foi escrito para expressar uma idéia, e somente ela. Esta idéia é a de que, “*enquanto Ricardo & cia. Sustentam que o valor é determinado pelo custo de produção (...) e Jevons & cia. Que ele é determinado pela utilidade, cada um estava correto naquilo que afirmava, mas errado naquilo que negava. Nenhum deles prestou atenção suficiente no*

*elemento **Tempo**. É nele que encontramos a chave para todos os paradoxos que esta longa controvérsia tem levantado. Quando Ricardo falou dos custos de produção determinando o valor ele tinha em mente períodos nos quais o custo de produção é a força determinante, quando Jevons enfatizou a utilidade, ele tinha em mente períodos mais curtos (...)*” (Marshall, citado em Fonseca, E.G., 1992).

Através do elemento tempo, Marshall demonstrava que os preços eram determinados pela oferta e pela demanda. O método da análise parcial e a distinção entre períodos de mercado, curto e longo prazo, as discussões em torno da curva de demanda, o conceito de elasticidade preço são algumas das importantes contribuições de Marshall.

Os “Princípios” de Marshall, publicado em 1890, substituiu os “Princípio” de Mill, tornando-se o novo livro-texto para o estudo da economia.

A teoria econômica, diz Deane, adquiria maior consistência, precisão e elegância, mas na reestruturação e reorientação da teoria do valor associada ao novo paradigma neoclássico “*se restringiu o campo, não só da teoria do valor, mas da teoria econômica geral.*” (Deane, pg. 138). Embora os economistas neoclássicos mantivessem a orientação clássica para o individualismo econômico e o laissez-faire, os temas clássicos do valor e distribuição e os problemas em torno do crescimento, o grande tema clássico, foram deixados de lado.

Voltemos a John Stuart Mill.

1.3. John Stuart Mill

Nascido em 20 de maio de 1806 em Londres, sendo o primeiro filho do historiador e filósofo escocês James Mill. Foi preparado desde cedo pelo pai, seguidor da filosofia de Bentham (seu padrinho) e defensora das idéias utilitaristas, para se tornar um grande pensador.

Sua rigorosa educação lhe permite acumular rapidamente um grande conhecimento. Aos 8 anos é nomeado tutor dos membros mais jovens da família e em 1823 vai trabalhar com o pai na Companhia das Índias Ocidentais e nessa empresa permanece durante toda sua vida profissional.

Escreve sua primeira grande obra, “Um Sistema de Lógica” aos 17 anos. Neste mesmo período escreve um tratado de Economia Política onde obtém grande êxito.

Aos 21 anos Mill entra em uma grande crise depressiva que lhe leva a refletir sobre a educação que recebera na infância. Passa a indagar sobre a visão de mundo do pai que consistia em fazer da razão uma religião. Nesse período, em busca de sua vida emocional, começa a se dedicar também a poesia.

Conhece, aos 25 anos, Harriet Taylor por quem se apaixona e, mais tarde (1851), casa-se. Harriet é uma mulher extremamente inteligente e passa a exercer grande influência nas obras de Mill. Sete anos mais tarde ela morre. Em 1859 é publicada talvez a maior de suas obras “Da liberdade” resultada de parte do plano que consistia em gravar todas as suas conclusões filosóficas.

Mill falece no dia 8 de maio de 1873 na França. Sua influência para o crescimento do pensamento econômico se encontra principalmente em seu livro “Princípios de Economia Política” onde Mill faz uma espécie de análise geral do que havia sido estudado e discutido até então. Suas idéias são bastante ligadas aos pensamentos de Ricardo (amigo próxima de seu pai).

Além de economista e de sua grande influência para o desenvolvimento da teoria econômica, Mill dissertou durante sua vida sobre diversos outros assuntos de grande importância para o desenvolvimento do homem. Como filósofo, foi um dos criadores e promotores do pensamento liberal. Defensor do utilitarismo, dos direitos da mulher entre muitos outros.

Seus principais livros são: *Sistema de Lógica Dedutiva* (1843); *Liberdade* (1859); *Utilitarismo* (1861); *O Governo Representativo* (1861); *Sujeição das mulheres* (1869); e *Princípios de Economia Política* (1848). Este último é dividido em *Observações Preliminares* e mais 5 livros: *Livro I (Produção)*; *Livro II (Distribuição)*; *Livro III (Trocas)*; *Livro IV (Influência do Progresso da sociedade na Produção e Distribuição)*; e *Livro V (Sobre a Influência do Governo)*. Além disso escreveu alguns ensaios como *On Profits and Interests* e *Essays and Principles*.

Dentre alguns dos tópicos estudados por ele, encontramos o da teoria de valor, o uso das forças de oferta e demanda, da distribuição, etc..

Grande parte de sua contribuição para a teoria econômica se dá na aprimoração do modelo de Ricardo. Os estudiosos da História do Pensamento Econômico, em sua maioria, o descrevem como integrante da escola clássica da qual também fazem parte Adam Smith, David Ricardo, Jean-Baptiste Say e Thomas Marthus. É, por outros, também considerado um dos precursores do marginalismo cujo princípio é baseado na ideia de utilidade marginal.

Este trabalho se baseará no livro *Princípios de Economia Política* (1848). Pretende-se analisar dois tópicos – estado estacionário e teoria do fundo de salário - que foram estudados pelo autor relacionando-os com a visão de autores clássicos importantes como Ricardo e Smith.

Como já mencionado, o livro é dividido em sessões. Em *Observações Preliminares* Mill declara que o assunto da economia política é essencialmente riqueza. O Livro I se concentra nas leis de produção. Ele começa considerando dois fatores primários de produção, i.e., trabalho e terra. Depois ele introduz o fator capital, i.e., o estoque acumulado da produção do trabalho. As leis de distribuição, que são discutidas no Livro II, são diferentes das da produção. As discussões sobre troca, valor, preço e moeda são colocadas no Livro III. O Livro IV inicia a distinção entre estático e dinâmico. Até então, Mill vinha considerando a economia no estado estacionário. Finalmente, no Livro V o autor vai tratar de 3 assuntos: Os efeitos econômicos da influência e necessidade das ações governamentais; As interferências governamentais e suas escolhas baseadas em teorias erradas; e As interferências governamentais em pontos que se faz realmente necessário.

Mill aparece na história econômica em um momento de transição. Os primeiros sinais da mudança que o pensamento econômico passaria podem ser observados na visão do próprio autor. Assíduo seguidor do pensamento utilitarista de seu tio Bentham e dos ideais marginalistas bem como da idéia das leis da oferta e demanda como a lei de mercado Mill, visivelmente, poderia ser enquadrado como um dos “fundadores” da escola neoclássica. Porém, foi com sua obra *Princípios* que ele ganhou força e reconhecimento no campo da economia. Essa obra, baseada no pensamento Ricardiano, consiste em uma coleta minuciosa de tudo o que havia sido estudado sobre a matéria até então. Em seu livro Mill não apenas faz esse trabalho de pesquisa e organização mas também acrescenta idéias como sua visão sobre o estado estacionário e complementa alguns tópicos que não apresentavam-se totalmente claros como a questão da teoria do fundo de salários.

Essa posição peculiar em que John Stuart Mill se enquadra na história o permite ser considerado um economista clássico bem como um economista clássico.

A TEORIA DO FUNDO DE SALÁRIOS

2.1. Do que se trata

A doutrina do fundo de salários basicamente argumenta ser o salário dos trabalhadores uma forma de capital, e que os capitalistas acumulam, formando um fundo que os permite pagar salários antes do processo de produção ter início. A doutrina aparece na riqueza das Nações, quando Smith aborda o tema do trabalho produtivo e improdutivo e é retomada por Ricardo e outros autores, constituindo-se uma teoria para explicar os salários no curto prazo. É Mill que vai melhor formalizá-la nos “Princípios” e mais tarde, em 1869, irá rejeitá-la.

Esta doutrina que acabou sendo derrubada mais tarde, apresentou papel fundamental com sua validade parcial pelo fato de que ela demarca o princípio de uma apreciação sobre a natureza do capital como fator produtivo.

É comum pensarmos no capital como uma soma de dinheiro, ou seja, o valor total dos ativos de uma empresa. Mas quais são as características do estoque de capital real representado por essa soma de dinheiro? A produção requer tempo, mas os trabalhadores devem se contratar e o equipamento instalado antes do produto final estar disponível para venda. Assim sendo, o fundo de capital de uma empresa não é mais que o poder de compra de mão de obra e dos produtos de outras empresas durante o período em que a empresa não tem produção para vender. Dado que os próprios trabalhadores gastam seus salários em bens, o capital da empresa em termos reais consiste simplesmente nos produtos de outras empresas. Se somarmos o capital de todas as empresas da economia obtemos o montante de capital real total da sociedade representado pela soma de todos os produtos intermediários até o consumo final.

O significado real do capital surge mais claramente se pensamos toda a economia como uma grande empresa. Esta empresa como qualquer outra, deve pagar pelos serviços dos seus trabalhadores antes que tais serviços se transformem em bens de consumo. Para se sustentar durante esse período, a empresa deve possuir um estoque de bens de consumo, terminados e semi-terminados, capazes de somar-se aos estoques à medida que esses se esgotem. Todos estes bens representam “o meio da produção” no sentido de que todos se

encontram em processo de conversão para o bem final. Em outras palavras, o fundo de capital real de uma sociedade pode definir-se como a soma total de todos os bens produzidos em processo nas mãos dos produtores. Na prática, isto equivale a um estoque de bens de consumo e matérias primas, assim como das instalações e equipamentos.

Os economistas clássicos tomaram uma parte do acervo total de insumos produzidos, ou seja, os bens dos assalariados (consumidos pelos trabalhadores), identificando a parte com o todo. De acordo com a idéia de que o produto básico de consumo do trabalhador é o trigo, tratou a agricultura como à indústria de bens dos assalariados. O fato de que o trigo se torne disponível em forma de colheitas anuais que devem armazenar-se, ainda que não se queira, como um “fundo” para o consumo futuro, afim de que seu uso efetivo seja mais ou menos contínuo ao longo do ano, permitiam definir o capital simplesmente como “adiantamentos” feitos aos trabalhadores para mantê-los da sementeira até a colheita. Na prática o empregador não adianta nada apenas compra serviços de mão-de-obra. Mas em termos reais troca a produção do passado pela mão de obra corrente antes que o trabalho corrente tenha produzido alguma coisa. Os salários se pagam do capital e o capital não é mais que a riqueza inicial. Marx contrapôs a teoria do fundo de salários alegando que os capitalistas não adiantam nada aos trabalhadores dado que os salários são pagos habitualmente depois de um período trabalhado – no final do mês – os trabalhadores são invariavelmente credores de seus empregadores. Mas o fato é que se paga os trabalhadores antes que a produção gerada por eles seja vendida. Em alguns casos o artigo produzido fica pronto antes do ciclo de recebimento do trabalhador caso em que o empregador se beneficia da convenção desse ciclo (geralmente mensal). No entanto o período médio de fabricação é muito maior do que o de 1 mês ainda que em manufaturas e o empregador adianta de fato os salários aos trabalhadores.

Na doutrina do fundo de salários esta implícita a idéia de que o capital deve ser entendido em termos de intervalo de tempo entre a produção e o consumo. Entretanto a proposição de que o intervalo de tempo pode ser identificado com o período anual da produção agrícola tornava artificial toda à análise. No melhor dos casos, essa teoria enfatiza a complementaridade entre capital e trabalho, ao insistir no fato de que a ausência de um crescimento da taxa de acumulação de capital impossibilite um aumento permanente na taxa salarial. Implica que a taxa salarial não está sujeita a uma decisão arbitrária de

negociação. Mas no pior dos casos sugere que todo o fundo de salários se esgota necessariamente ao fim de qualquer período e que o fundo está rigidamente predeterminado pelas condições técnicas; indica a impossibilidade de aumentar o salário nominal através da redução do consumo improdutivo dos capitalistas; e parece descrever a demanda agregada de mão de obra como perfeitamente inelástica em qualquer momento.

Na realidade a teoria do fundo de salários foi raras vezes utilizada pelos economistas para censurar a atuação dos sindicatos que tendia a elevar os salários. A prática mais comum foi à exploração para fundamentar a necessidade do controle de natalidade. Colocou-se o fundo de salários como a demanda de mão de obra frente à oferta existente; afirmou-se que a taxa salarial determinava-se dividindo o número de trabalhadores pela soma total de dinheiro disponível para pagar os salários; seguia-se daí que para elevar os salários era necessário aumentar o dividendo ou diminuir o divisor, produzir mais ou procriar menos. A teoria se apresentava frequentemente como um caso ordinário do funcionamento da lei de oferta e demanda, porém não se apresentou nenhuma noção de uma curva de preços de demanda ou de oferta, e não se fez nenhum esforço para definir-se uma verdadeira taxa salarial de equilíbrio. Tão pouco se esclareceu como a teoria de fundo de salários relacionava-se com a teoria dos salários de subsistência.

Sentimos-nos tentados a afirmar que a doutrina dos fundos de salários explica o lado da demanda, enquanto que a teoria dos salários de subsistência se ocupa com o lado da oferta. Porém, dado que esta última se dá no longo prazo enquanto que a primeira pertence ao curto prazo, isso gera novas interrogações. Sem embargo, é certo que a doutrina do fundo de salário contém toda a teoria da demanda de mão de obra que havia sido desenvolvida pelos economistas clássicos.

Um bom exemplo da forma que um defensor do fundo de salários poderia combinar a teoria clássica com a simpatia pelos sindicatos é o tratamento das leis de associação apresentados pelo próprio Mill em um dos últimos capítulos do *Princípios* - “*É grande erro condenar, em si e em termos absolutos, os sindicatos ou a ação coletiva das greves.*”- (Livro V, capítulo X, sessão 5). Em ausência de sindicatos o poder monopsonico do empregador – reminiscências da combinação tácita e universal para não elevar os salários mencionados por Adam Smith – produz com freqüência salários abaixo do nível competitivo. Assim sendo, devemos aplaudir os sindicatos como uma força compensatória:

“Longe de impedir um mercado livre de mão de obra [os sindicatos] constituem um instrumento necessário do mercado livre”. Quando Mill examinou a doutrina do fundo de salários em *Fortnightly Review* (1869), afirmou que tal teoria negava que os sindicatos pudessem elevar os salários , ou pelo menos *“limitava suas operações a tal respeito a conseguir um pouco antecipadamente um aumento, que concorrência do mercado produziria sem eles”*. Mas sua discussão nos *Princípios* refuta essa interpretação.

E para que não se pense que Mill é peculiar nesse ponto, mencionemos que o chamado fundador da teoria de fundo de salários, John Ramsay MacCulloch, apresentou o mesmo argumento a cerca do monopsonio no mercado de mão de obra no seu influente *Essay of Wages* (1826).

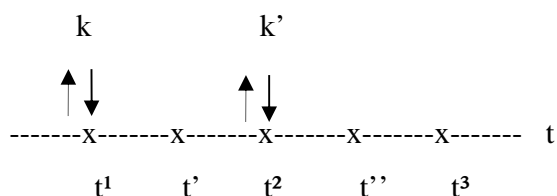
(MARK BLAUG)

2.2. Da Invalidade da Teoria

Enquanto, no longo prazo, a teoria clássica dos salários era representada pelo salário natural, no curto prazo ela se dava através da teoria do fundo de salários. Como vimos anteriormente, podemos encontrá-la nas teorias de salário e capital encontradas no *Princípios* de Mill, “Demanda por commodities não é demanda por trabalhador,” e “[salários] dependem essencialmente da demanda e oferta de trabalhadores; ou, como usualmente expressado, na proporção entre população e capital.” Mill, no entanto, acabou voltando atrás nessa análise em seu artigo de 1869 sendo obrigado a sacrificar sua teoria dos salários, o que significaria o sacrifício de uma ferramenta essencial na estrutura do pensamento clássico. No entanto, ele mantém a teoria de equilíbrio entre oferta e demanda que consistia no ponto principal de toda a teoria.

Reavaliar a teoria do fundo de salários em sua teoria de equilíbrio implicaria necessariamente reavaliar algumas condições a respeito do modelo de equilíbrio. Das condições para a viabilidade da teoria dos fundos de salários, as principais são: a existência de uma função de produção agregada que envolve uma relação investimento/retorno para todos os bens produzidos (o produto de um trabalho), que chamaremos da colheita anual; e o produto real da economia composto pelo capital fixo, os bens assalariados e o consumo dos capitalistas, que chamaremos dos bens assalariados.

Se rejeitarmos, como foi feito por Mill, investimento em capital fixo e considerarmos a versão natural onde a demanda por trabalhador tem elasticidade unitária, a colheita anual poderia ser descrita da seguinte forma:



No período “ t^1 ”, existe um dado estoque de bens assalariados “ k ”, que é investido para sustentar a mão de obra que será utilizada no período de produção “ t^1t^2 ” que é constante. Dessa forma surge um novo estoque de bens assalariados “ k ” no instante “ t^2 ”, que será investido (integral ou parcialmente) com mão de obra para período “ t^2t^3 ”.

Da colheita anual podia-se dizer que o período de produção era dado e idêntico no que diz respeito aos intervalos entre investimento/retorno. Dos bens assalariados, tirava-se que os trabalhadores consumiam apenas bens assalariados enquanto os capitalistas consumiam apenas bens não-assalariados. *“Poderíamos dizer, talvez, que vinhos, equipamentos e utensílios, não são bens de subsistência, ferramentas e materiais, e não poderiam em caso algum ser aplicado para manutenção dos trabalhadores; que eles são usados apenas para consumo improdutivo, e que geram riqueza para a sociedade quando são produzidos e não quando consumidos.”* (Mill, Princípios, pág.72)

Assim sendo poderíamos afirmar que o capital agregado real a ser usado para contratar mão de obra e determinado pelo fundo de salários “ k ”, e que a demanda por trabalhador tem elasticidade unitária em respeito aos salários reais, em termos de bens assalariados. Um aumento dos salários só seria possível através de uma redução da mão de obra disponível. *“O que suporta e emprega mão de obra produtiva é o capital disponível pra se gastar com mão de obra, e não a demanda de compradores dos produtos que serão produzidos por essa mão de obra. Demanda por commodities não é demanda por trabalhador.”* (Mill, Princípios, pág.79).

Mill reviu a teoria do fundo de salários aceitando as críticas feitas por Thornton. Mill tinha em mente um caso da indeterminabilidade dos salários com uma demanda por trabalhador inelástica em relação aos salários. Sendo a oferta constante, esse é o caso onde as relações entre oferta e demanda coincidem, pelo menos até certo ponto.

Quando as equações de oferta e demanda deixam o preço em parte indeterminado, pois existe mais de um preço que satisfaz a lei, este passa a ser determinado simplesmente pela maior conveniência entre os compradores e vendedores. Quando deparado com esse tipo de situação, observou-se que as causas de determinação dos preços agem contra os trabalhadores e a favor do empregador.

Schwartz (The New Political Economy of John Stuart Mill, pág. 95, 275) argumenta contra o período anual da produção afirmando ser errada a questão colocada por Mill da

qual o lucro [do capitalista] ocorre quando as transações são feitas, e que os salários são pagos antes disso ocorrer. Ekelund notou, no entanto, que a rejeição da questão da colheita anual deveria se dar não para tornar o período de produção “ t^1t^2 ” mais curto, mas sim para o fazer-lo com o período de intervalo de mercado “ t^1 ” e isso só poderia se considerássemos que a produção poderia ser iniciada em qualquer momento.

Suponha que o período de produção ainda seja “ t^1t^2 ” e que este seja duas vezes maior que o intervalo de mercado e que as trocas podem ser feitas não apenas em “ t^1 ”, “ t^2 ” e “ t^3 ” mas também em “ t^* ” e “ t^{**} ”. Consideremos a taxa de salário real em termos de bens assalariados em “ t^1 ” seja “ w^1 ” e a taxa normal de salário real esperado pelo capitalista na indústria de bens assalariados para o período “ t^* ” seja “ w ”.

Tendo um estoque de bens assalariados nas mãos, o capitalista tem duas alternativas em “ t^1 ”, ou ele se utiliza do fundo de salários em “ t^1 ” e começa a produção imediatamente de forma que o produto fique pronto em “ t^2 ”, ou ele espera para fazê-lo em “ t^* ” recolhendo seus frutos em “ t^{**} ”. A taxa interna de retorno “ r ” unitária para a primeira situação é:

$$y/(1+r)^2 + (-w^1) = 0 \quad (1)$$

e para a segunda situação é:

$$y/(1+r)^3 + (-w) = 0 \quad (2)$$

onde y representa o produto de um bem assalariado. Note que o capital permaneceu desocupado durante o primeiro intervalo de mercado na segunda situação. Suponhamos ainda que o valor esperado de “ w ” seja inelástico em relação à “ w^1 ”.

Se “ w^1 ” é maior que um certo nível onde “ $r = r^*$ ”, o capitalista optará a gastar o fundo em “ t^* ”. Supondo que produtores, na media, possuem as mesmas expectativas, podemos concluir que cada vez mais capitalistas escolherão a segunda situação de acordo com que a taxa corrente de salários vá aumentando. Assim sendo, o fundo de salário agregado existente para suprir a demanda de mão de obra não é pré-determinado mas sim é uma função decrescente dos salários reais correntes, dado uma distribuição do salário

esperado. Se a demanda por trabalhadores possui elasticidade unitária quando o fundo é predeterminado, observamos agora que ela é maior do que um.

Esse resultado leva ao abandono da questão da colheita anual. Porém o principal resultado relaciona-se com a rejeição da versão inicial da teoria dos fundos de salários onde a elasticidade da demanda por trabalhador é um, sendo a rejeição da colheita anual assunto menos importante, uma vez que Mill em sua retratação de 1869 admitiu não apenas que a elasticidade seria diferente de um, mas vai além afirmando ser menor ainda de forma que *“combinações de troca podem aumentar salários”* e *“o poder das ‘Uniões de Troca’ poderiam ser exercidas de forma a obter para as classes trabalhadoras tanto uma maior distribuição quanto um montante maior positivo produzido pelos trabalhadores.”*

O que é essencial em sua retratação da teoria do fundo de salários é, dessa forma, a rejeição não da questão da colheita anual, mas sim dos bens assalariados. Enquanto Ekelund, no seu modelo da teoria do fundo de salários, explicada acima, enfatiza que o fundo de salário pré-determinado é real e não monetário, Mill, em sua retratação, argumenta em termos de fundos monetários como segue a seguir:

“A situação financeira do capitalista é dividido em duas partes – seu capital, e seus lucros (...) se ele tem que pagar mais para o trabalhador, esse gasto adicional é descontado da sua própria renda; provavelmente da parte que ele guardaria para adicionar ao capital; (...) talvez da parte que ele gastaria com seus prazeres privados. Não existe nenhuma lei da natureza que impeça que os salários cresçam ao ponto de absorver não só o fundo que ele tinha intencionalmente reservado, mas todo o sua renda inclusive aquela destinada para seus gastos privados.”

Foi fácil, no entanto, para Ekelund mostrar, usando seu modelo de fundo de salários que Mill estava errado em sua retratação. Uma vez que o estoque de ambos os bens assalariados e não-assalariados são pré-determinados, e o estoque de moeda é fixo um aumento nos gastos do capitalista em termos monetários, bem como dos salários, simplesmente resulta em um aumento proporcional dos bens assalariados e uma diminuição dos bens não-assalariados ainda que o nível do salário nominal seja indeterminado, dependendo das decisões de alocação do capitalista entre os fundos de salários monetários e seus gastos privados, o salário real é determinado pelo fundo dos salários e sua população. O fundo de salários real permanece inalterado sob a questão dos bens assalariados, uma vez

que o estoque de bens assalariados é pré-determinado. Sem essa questão, no entanto, transformações na alocação do fundo monetário resultariam na mudança do fundo de salários real, uma vez que a moeda é um mero detalhe na dicotomia clássica entre economia real e monetária e as decisões dos capitalistas em termos de fundos monetários refletem apenas suas decisões em termos de fundo reais.

Para obter uma demanda por trabalhador completamente elástica como Mill tinha em mente em sua retratação, a questão dos bens assalariados deve ser descartada, caso contrário a elasticidade de demanda por trabalhador seria unitária ou maior que um. Levando em consideração a existência de capital fixo, Hollander argumentou corretamente que seria necessário fixar os coeficientes técnicos da produção para que a demanda por trabalhador não mudasse com o efeito substituição entre capital fixo e trabalhador causado por mudanças no salário. Sem a questão dos bens assalariados, entretanto, um efeito bumerangue tenderia a ocorrer instantaneamente, uma vez que investimentos e desinvestimentos do capital circulante seriam afetados instantaneamente. O fundo de salários não se altera proporcionalmente à taxa de salário e a demanda por trabalhador poderia ser modificada através desse efeito bumerangue causada por transformações na taxa de salário. Por exemplo, um salário maior e uma taxa de lucro menor levaria o capitalista a consumir mais e investir menos em capital circulante de forma que o fundo de salários diminuiria em relação às taxas de salários. Em outras palavras o abandono da questão dos bens assalariados bastaria para garantir elasticidade zero da demanda por trabalhador. Para superar essa dificuldade, faz-se necessário considerar os coeficientes intertemporais de consumo fixos bem como os coeficientes técnicos da produção, de forma que a elasticidade da demanda por trabalhador se torne completamente inelástica em relação aos salários.

Um aumento nos salários meramente reduz o consumo do capitalista e aumenta proporcionalmente à taxa de salários o fundo de salários, bem como a demanda por trabalhador é completamente inelástica em relação ao salário. Essa não existência do efeito bumerangue é estritamente aplicada no curto prazo, porém, desde que o capitalista assuma que suas expectativas de mudança na taxa de salário são meramente temporárias. Assim sendo, o formato da demanda reconstruído por Mill em sua retratação pode ser explicado pelo processo de decisão endógeno do capitalista.

O ESTADO ESTACIONÁRIO

3.1. Do que se trata

Uma das importantes contribuições dos “Princípios” de Mill está na sua análise do crescimento. Em sua visão do processo, as sociedades tornavam-se mais prósperas e ricas na medida em que o comércio se expandisse, houvesse maior divisão do trabalho, aprimoramento das forças produtivas através da inovação técnica e da acumulação de capital. Descrevia quatro possibilidades em relação às tendências de longo prazo da economia: a primeira se aproximava da visão malthusiana, em que a população cresceria mais rápido que a possibilidade de a tecnologia e o capital influir no produto, resultando em salários baixos e lucros elevados, com perda para o trabalhador no padrão de vida.

O segundo cenário se aproximava da visão de Smith, com a acumulação de capital crescendo acima do crescimento populacional. Os salários seriam mais elevados, e a condição de vida das classes trabalhadoras idem.

No terceiro cenário, oferta de capital e população crescem a mesma taxa e como a tecnologia permanece estável não ocorrem mudanças no salário real. Mas com o tempo, as piores terras sendo utilizadas e a tecnologia não se aprimorando, o custo de produzir trigo se eleva, levando a um aumento dos aluguéis e uma queda nos lucros, como no modelo de Ricardo.

Por fim um quarto cenário previa um avanço tecnológico mas elevado que o crescimento populacional e de capital, resultando em lucros elevados e crescimento econômico.

Mill considerava o terceiro cenário como o mais provável e segundo Pressman (2006) isso devia-se ao fato de Mill estar vivendo em meados do século XIX, quando a primeira fase da Revolução industrial parecia começar a encontrar seus limites de inovação tecnológica.

Atingir o estado estacionário significa chegar a um ponto, em seguida de uma evolução, de repouso onde todos os elementos são estáveis e nenhuma mudança se produz na quantidade de elementos que compõe o sistema, nem na natureza e força dos movimentos que o animam.

Sendo o equilíbrio um estado real da atividade econômica, a teoria tradicional demonstra existirem duas espécies de equilíbrio: o correspondente a um estado em movimento (progressista) e o realizado pelo estado estacionário. O elemento essencial a ser estudado para analisar tais teorias é o salário, sendo que na teoria clássica existem três concepções de salário: a do mínimo de existência, a do fundo dos salários e da produtividade.

Segundo os clássicos, o salário não poderia descer abaixo do necessário ao trabalhador para assegurar sua subsistência; por outro lado, a massa dos salários deveria ser paga pelos fundos destinados à manutenção do trabalho e que depende da acumulação de capital pelos empresários (fundo de salários). Além disso, a oferta do trabalho depende do tamanho da população e a procura do tamanho dos fundos, determinando, assim, a taxa dos salários. Quanto ao lucro - confundido com juros - sua taxa depende da abundância dos capitais. Portanto, o aumento desses faz subir os salários e baixar os lucros. (A Riqueza das Nações, Adam Smith).

No estado progressista quando o montante das somas destinadas a suprir às necessidades dos trabalhadores aumenta mais depressa que a quantidade de trabalho, o salário se fixa acima do nível de subsistência; no estado regressivo produz-se o inverso.

Mas, com o tempo, o lucro baixa demais para poder incitar ao investimento; o capital já não se acumula mais e, portanto, o salário tende a fixar-se no nível de subsistência. Desde então, produz-se um ajustamento em que o preço, taxa de lucro, taxa de salários, tendem a permanecer estáveis; o estado estacionário, estado real da sociedade, é então atingido.

Mas qualquer que seja o estado da sociedade (regressivo, estacionário ou progressivo) é pela influência do lucro, o qual determina o salário a fixar-se no nível das subsistências, que se realiza e se exprime o estado de equilíbrio.

A baixa do lucro prejudica a acumulação de capital e, portanto, o desejo de empreender, chegando ao estado estacionário.

Uma outra corrente de pensadores contrapunha-se a isso afirmando que, na verdade, o mínimo de subsistência não é fixado por meios externos, mas sim por um caráter psicológico suscetível de variação.

Marshall abranda o conceito de equilíbrio, levando ao auge tal concepção. Diz que o equilíbrio realizado não é apenas o equilíbrio do preço, mas sim de todo o sistema. Isso porque pela oferta e procura, atinge o custo dos produtores e as necessidades dos consumidores, apresentando um conjunto complexo, no qual a modificação de qualquer um dos elementos, mesmo se colocado aparentemente no último plano, modifica as condições do equilíbrio e o repõe em causa.

3.2. A idéia clássica

Adam Smith mencionou o estado estacionário descrevendo-o como “*o estado em que o país atingiu o máximo de exploração das riquezas da natureza permitidas visto suas leis e instituições*” (A Riqueza das Nações, livro I, capítulo VIII). No estado estacionário descrito por ele, salários são baixos. Somente em países em crescimento os salários podem ser altos. Os lucros também são muito baixos. Smith não fala sobre a questão dos aluguéis nesse cenário. Mas suas idéias permitiram seus sucessores a concluir que estes são altos. James Mill, baseado na Riqueza das Nações, afirmou que no estado estacionário os salários apresentam-se nos níveis mais baixos que uma sociedade poderia suportar (Commerce Defended, 1808).

Ricardo, apesar de não se aprofundar muito neste tópico, apresenta definições mais consistentes para o estado estacionário. Segundo ele, o estado estacionário consiste na situação em que os lucros são apenas suficientes para sustentar os riscos e problemas de acumulação que possuem em sua natureza. Os salários são fixos, chegando a seu “estado natural”.

Com a estagnação do crescimento/progresso da sociedade bem como a escassez de terras, os lucros caem e os aluguéis sobem até o ponto em que os lucros chegam ao seu mínimo tornando-se suficientes apenas para suprir os custos de acumulação. Porém quando as taxas de lucro atingem essa situação, a economia se encontra em uma situação onde a renda da produção, se destinará integralmente para o pagamento da mão de obra e, o restante, para o pagamento dos aluguéis da terra. Esse estágio da economia, considerado deplorável segundo Ricardo e seus contemporâneos (principalmente Mc’Culloch), se enquadra nos moldes da situação estacionária.

Segundo os seguidores das idéias de Mc’Culloch, as taxas salariais, por natureza, tendiam a serem baixas e a taxa de lucros deveria ser vista como “*o verdadeiro barômetro, critério maior e mais preciso para se medir a prosperidade de uma nação*”. (Economia Política, Vol. I, pág. 43; Vol. II, pág. 133).

Dessa forma era considerado um mal o aproximar-se de uma nação da situação estacionária, onde os lucros se encontram em seus menores patamares. Smith diz que “*a condição dos trabalhadores pobres parece ser a mais feliz e a mais tranqüila no estado de*

progresso, em que a sociedade avança para maior riqueza, e não no estado em que já conseguiu sua plena riqueza. A condição dos trabalhadores pobres é dura na situação estacionária e miserável quando há declínio econômico da nação. O estado de progresso é, na realidade, o estado desejável e favorável para todas as classes sociais (...)” (RN, v.I, livro 1, cap.8, p.103).

3.3. John Stuart Mill

O livro IV capítulo VI, que se ocupa do estado estacionário, está fortemente marcado pelas concepções sociais de Mill. Desde o principio se separa dos “economistas políticos da velha escola”, como Mc’Culloch, Smith, e Mauthus, que identificam tudo que é economicamente desejável com o estado progressista. Além disso, consideravam a aproximação das condições estacionárias como a chegada do dia do juízo “*não me agrada – observa Mill – a idéia que tem da vida quem pensa que o estado normal dos seres humanos é o de lutar para seguir adiante*”. Todo este capítulo é uma espécie de prefácio do *Affluent Society*, de Galbraith. Veja-se, por exemplo, a afirmação de Galbraith de que “*só nos países atrasados do mundo, o aumento da produção, constitui um objetivo importante. Nos países mais avançados, o que se necessita, no terreno econômico, é uma melhor distribuição*”.

O capítulo VI é dividido em duas sessões que tratam respectivamente da visão negativa dos autores clássicos no que diz respeito ao estado estacionário e da visão colocada por Mill sob uma ótica positiva.

No que diz respeito ao progresso econômico da sociedade, está claro que o aumento de riqueza não é ilimitado. A condição estacionária mais cedo ou mais tarde será atingida. Na primeira sessão Mill irá além quando diz que muitos países estão próximos de atingi-la, “*Os países mais ricos e mais prósperos muito cedo atingiriam a condição estacionária, se não introduzissem mais aperfeiçoamentos nas técnicas produtivas, e se houvesse suspensão do processo de transbordamento do capital desses países para outras regiões da Terra não cultivadas ou mal cultivadas.*” (Princípios, Vol. II, pág. 251).

Tal situação era extremamente indesejável pelos economistas clássicos já que a chegada ao estado estacionário significava lucros e salários baixos. Somado a isso existia o problema do crescimento populacional que só contribuiria para piorar esse cenário. Mill se aproveita desse conceito para defender o controle de natalidade. Segundo ele o crescimento populacional seria indesejável mesmo em uma condição progressista visto que com o aumento da oferta de mão de obra os salários tenderiam a baixar levando a massa populacional a condições mais precárias. “*(...) é indispensável um controle consciencioso e prudente da população, para impedir que o aumento de habitantes supere o do capital,*

bem como para impedir que se deteriore a condição das classes que estão na base da sociedade.” (Princípios, Vol. II, pág. 251).

Apesar dessa previsão pessimista a respeito do estado estacionário, na sessão 2 do capítulo, Mill nos leva a refletir sobre uma ótica diferente que havia sido desprezada pelos seus companheiros.

Esta última está ligada ao fato de que quando a economia atinge o estado estacionário todos se satisfazem com a situação em que se encontram de forma que não se faz mais necessário qualquer esforço para se seguir a frente. O ponto principal colocado pelo autor está exatamente no fato de que neste estágio a população estaria mais confortável para desfrutar os prazeres da vida não precisando se importar tanto com o trabalho.

O fato é que as pessoas se esqueceram que, na verdade, não estamos aqui para gastar a vida inteira dedicando-se a um trabalho que apenas nos gerará melhor status econômico. *“Confesso – segundo Mill – que não me encanta o ideal de vida defendido por aqueles – e pela grande maioria hoje em dia – que pensam que o estado normal dos seres humanos é aquele de sempre lutar para progredir do ponto de vista econômico, que pensam que o atropelar e pisar os outros, o dar cotoveladas, e um andar sempre ao encalço do outro (característica da vida social de hoje) são o destino mais desejável da espécie humana, quando na realidade não são outra coisa senão os sintomas desagradáveis de uma das fases do progresso industrial.”* A defesa de Mill está exatamente no fato de que acabamos nos desviando da verdadeira busca do homem, a de ser feliz. O mundo ideal seria aquele em que se pudesse gastar todo o tempo fazendo apenas coisas que realmente gostasse e não esse em que a busca por status econômico tornou-se o objetivo principal.

Mill diz na 2ª sessão: *“Não sei por que deveríamos felicitar-nos pelo fato de pessoas, que já são mais ricas do que qualquer um necessita ser, dobrarem seus recursos para consumir coisas que dão pouco ou nenhum prazer, a não ser o de serem sinais representativos de riqueza; ou então, pelo fato de um conjunto de indivíduos passar cada ano, das classes médias para uma classe mais rica, ou da classe dos ricos ocupados para a dos ricos ociosos.”*

Visto isso, o autor entrará em uma nova discussão Segundo ele, para se aproximar desse ideal, na condição estacionária, é preciso atentar para a questão da distribuição de

renda. Sua saída seria através da criação de um modelo onde se limitaria a quantia herdada ou doada aos indivíduos para aquela necessária para proporcionar uma autonomia razoável. Dessa forma a sociedade se apresentaria da seguinte forma: um conjunto de trabalhadores e um conjunto de pessoas que estariam livres das ocupações mais duras e livres para desfrutar dos lazeres e encantos da vida. Esse último grupo tenderia a estar em constante crescimento o que significa que diminuiria o número de trabalhadores o que aumentaria os salários. Além disso, não teríamos muitas desigualdades em relação aos indivíduos.

*“Essa condição da sociedade, tão altamente preferível à **atual**, não apenas é perfeitamente compatível com a condição estacionária, senão que, segundo parece se coaduna com mais naturalidade com essa condição estacionária do que com qualquer outra.”*

Ainda nesta sessão Mill vai se utilizar dessa idéia para, mais uma vez, defender o controle da natalidade. Ele afirma que apesar da população ser capaz de crescer, não seria desejável que está crescesse a ponto de que não sobrasse mais espaço livre, campos, lugares onde fosse possível estar sozinho, meditar, o que, para ele, é essencial para o ser humano.

No livro IV, capítulo VII, que se refere ao *“provável futuro da classe trabalhadora”*, começa por combater a teoria da elite de Carlyle, segundo a qual, como uma obrigação paternal, os ricos guiam os pobres: *“Os pobres liberaram-se do que os prendia e já não podem ser tratados como crianças”* (sessão um). Os programas favoritos de Mill se discutem nas sessões 4-6: a propriedade camponesa, a distribuição de utilidades, e as cooperativas de consumo.

CONCLUSÕES

Dos escritores políticos ingleses do século XIX, Mill, sem dúvida, é um dos mais conhecidos. Além de economista e de sua grande influência para o desenvolvimento da teoria econômica, Mill dissertou durante sua vida sobre diversos outros assuntos de grande importância para o desenvolvimento do homem. Como filósofo, foi um dos criadores e promotores do pensamento liberal. Defensor do utilitarismo, dos direitos da mulher entre muitos outros.

Sobre sua teoria do fundo de salários, ficou claro que apesar de apresentar muitas falhas, foi fundamental para o crescimento da teoria econômica principalmente no que diz respeito ao avanço do estudo do capital como meio de produção.

Quando tratamos do estado estacionário, observamos que Mill representa uma importância fundamental para a formulação dessa teoria, primeiramente expondo com clareza o que havia sido discutida até então de forma pouco condensada e, principalmente, quando ele nos mostra uma nova forma de avaliá-la.

Observamos em Mill algo que todos os economistas deveriam manter como postulados: a idéia de que avançamos com a finalidade primeira de aumentar nosso bem estar e maximizando nosso tempo para desfrutar os prazeres da vida (como cita tantas vezes o autor em toda sua obra). Não é difícil perceber que durante todos esses anos de estudos nos deparamos muitas vezes com o conceito errôneo de que o objetivo maior seria o de enriquecer a qualquer custo, nem que para isso fosse necessário empobrecer o próximo. O que é mais impressionante é que observamos todos os dias que esse segundo conceito que vem prevalecendo.

Mill foi um apoiador extremo do controle de natalidade e seguidor das idéias de Malthus. Ambos os tópicos discutidos neste trabalho foram intensamente utilizados por ele para tal defesa. Segundo o autor, já naquela época sentia-se a necessidade de controlar o crescimento populacional. Tal necessidade, no fundo, tinha como fundamento essa idéia de Mill que devemos buscar o caminho que nos traga a felicidade o mais rápido e menos dolorosamente possível. O menor número de indivíduos na sociedade contribuiria, em suma, para o aumento salarial (explicado tanto na teoria dos fundos de salários como no estado estacionário). Seguido disso, o aproximar-se do estado estacionário nos remeteria a

um tempo onde não existiriam mais rivalidades relacionadas com a riqueza (grande problema dos conflitos humanos). Como o próprio Mill diz, remetendo-se a Sócrates, não é certa “*a idéia que tem da vida quem pensa que o estado normal dos seres humanos é o de lutar para seguir adiante*”. Tal conceito deveria ser levado à risca e aplicado por todos em todos os tempos.

Embora Mill fosse um personagem do universo ao qual pertenciam Ricardo e Smith, suas principais contribuições estão nas idéias que os separa de seus mestres inspiradores: foi dos primeiros a associar a oferta e demanda como relações-quantidades que respondem a mudanças nos preços. Formulou a noção de custo de oportunidade, além de suas contribuições nas áreas de lógica, metodologia e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RAPHAEL, D. D. “**Smith**”, in RAPHAEL, D. WINCH, D. & SKILDESKY, R, **Three Great Economists: Smith, Malthus, Keynes**, Oxford, Oxford University Press, 1997
- CARVALHO, Maria G. C. **Lei natural e natureza humana em Adam Smith**. 1995. Dissertação de Mestrado – P. U. C. Rio.
- GIANNETTI, EDUARDO . **O capital humano na filosofia social de Marshall**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 12, p. 64-87, 1992.
- PRESSMAN, STEVEN, **Fifty Major Economists: A Reference Guide, England**, Routledge;2006
- BLAUG, M **Economic Theory in Retrospect**, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- DASGUPTA, A.K. **Epochs of Economic Theory**. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- DEANE, PHYLIS, **Evolução das Idéias Econômicas**, RJ, Zahar, 1978
- EATWEL, J. MILGATE, (ed) **The New Palgrave : a Dictionary of Economics**. London, MacMillan, 1987.
- HEILBRONER R. L. **The Worldly Philosophers**. New York: Touchstone;1999
- O’BRIEN, D. P. **The Classical Economists**, Oxford, Oxford University Press, 1978
- ROLL, E. **A History of Economic Thought**, Faber & Faber, Londres, 1992.
- SCHUMPETER, J.A. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, s.d
- SPIEGEL, HENRY **The Growth of Economic Thought**, Durham, Duke University Press, 1991
- ZAMAGNI, S. E SCREPANTI, E. **An Outline History Of Economic Thought**. Oxford: Clarendon Press.1993.
- MILL, J. S. **Coleção Os Economistas - São Paulo:Abril Cultural**, 1983
- HOLLANDER, SAMUEL **The Economics of John Stuart Mill**, Volumes I e II, Brasil Blackwell, 1985

EKELUND, R. B. **A Short-Run Classical Model of Capital and Wages: Mill's Recantation of The Wage Found.** Oxford Economic Papers, 28(1976), pag. 66-85

MILL, J. S. **Thornton on Labour and Its Claim, Essays of Economic and Society.** Toronto University Press, 1967

SCHWARTZ, P. **The New Political Economy of J. S. Mill.** Duke University Press, 1972